

BIBLIOTECA PÚBLICA, MEMÓRIA E DISCURSOS IDENTITÁRIOS: uma leitura sócio-histórica dos depoimentos colhidos pelo Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade (BMA)¹

Fabício José Nascimento da SILVEIRA
Mestre em Ciência da Informação pela UFMG
Doutorando em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG
fabrisilveira@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a participação das bibliotecas públicas no processo de edificação de memórias sociais compartilhadas relacionalmente e sua contribuição para a conformação de discursos identitários tanto do lugar onde se inserem quanto dos usuários que as frequentam/frequentaram a partir de uma perspectiva representacional. Quadro de sentido composto por meio da análise de um conjunto de depoimentos e relatos de vida coletados e disponibilizados ao público pelo Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade, programa que visa aprofundar o entendimento acerca da história da instituição e melhor compreender seus caminhos e descaminhos no âmbito da vida cultural paulistana. No geral, tais relatos permitem que o depoente em foco reflita sobre sua formação enquanto sujeito histórico e sobre as relações que mantém/manteve com a cidade sede da biblioteca (atividades, estratégias de mobilização e relações prático-afetivas). Possibilita ainda abordar questões referentes ao lugar ocupado pela Biblioteca Mário de Andrade (BMA) – dimensões históricas, simbólicas e estruturais – em todo esse processo formativo-relacional. Amparado por uma análise sócio-histórica dos depoimentos, a memória social e o discurso identitário erigidos em torno e a partir da BMA pôde ser revelado através da associação dos eventos, situações e representações que aparecem de maneira recorrente nas falas dos entrevistados.

Palavras-chave: Biblioteca pública; Memória social; Discurso identitário; Biblioteca Mário de Andrade; Projeto Memória Oral; Estudo de usuários.

PUBLIC LIBRARY, MEMORY AND IDENTITY DISCOURSES: a reader social-historical of testimonies of Project Oral Memory of a Mário de Andrade Library

Abstract

This article analyzes the roll of public libraries in the process of construction of collective memories that are relationally shared from a representational point of view. A meaning frame is outlined by means of an analysis of a set of life testimonies and accounts which were collected and made available by the Oral Memory Project of Mário de Andrade Library. The project aims to deepen the comprehension about the institution's history and to understand better the institution's paths and detours in São Paulo's cultural life. Generally, such statements allow that the deponents reflect on their formation as historical subjects and on the relationships that they establish or established with the city where the library lies (activities, mobilization strategies, and practical-affective relationships). They also made possible that the

¹ Este artigo sintetiza alguns resultados de uma pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/PPGCI/UFMG. Com o título: De "teatro da memória" a "espaço de representações sociais": a participação das bibliotecas públicas no processo de constituição de referenciais identitários, o trabalho tem orientação da Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis.

deponents address issues which refer to the place occupied by Mário de Andrade Library – historical, symbolic and structural dimensions – in all this relational-formative process. By means of a social-historical analysis of the testimonies, the social memory and the identity discourses that was constructed from and around the library could be revealed through associations of events, situations and representations that appear frequently in the deponents' discourses.

Keywords: Public library; Social memory; Identity discourses; Mário de Andrade Library; Oral Memory Project; User study.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa que serve como base para o presente texto nasce calcado na percepção de que a partir da década de 1950 conceitos como memória, representação, discurso identitário e identidade social (seja esta individual ou coletiva) se tornaram aportes indispensáveis para explicar as relações humanas na contemporaneidade. Exibindo-se através de uma multiplicidade de fatores sócio-políticos e culturais², esse movimento contemporâneo em torno da valorização de referenciais mnêmicos e identitários fez emergir para a cena pública uma profícua e multidisciplinar agenda de pesquisa cujo elemento unificador ressalta a tentativa de se projetar um rastro de compreensão sobre as seguintes questões: o que é a memória e como ela se constitui? É possível pensarmos em memórias coletivas? Se sim, quem as produz e a quem representam? Que recursos e quais referenciais simbólicos são utilizados para preservá-las, disseminá-las, atualizá-las ou mesmo negá-las? Qual a sua relação com as instâncias de significação que tradicionalmente são evocadas para se definir uma representação identitária? É possível, em tempos de globalização, falar-se de identidades coesas e completamente delineadas? Se não, estaríamos vivendo uma crise da questão identitária?

Impulsionadas por essas inquietações e também pela constatação de que o desejo de memória e de representação de si e do outro é um fenômeno que atravessa e marca a vida social, as ciências humanas elaboraram, sobretudo nos últimos 60 anos, uma vasta gama de estudos e experimentos focados em conhecer melhor os processos e atores que intervêm na

² Entre os quais vislumbramos: o fim das ditaduras na América Latina e a independência dos países africanos; a queda do Muro de Berlim; o colapso da União Soviética e o acirramento das disputas étnicas em várias regiões do Leste Europeu; o surgimento da literatura de testemunho como resposta às tentativas de negar o holocausto; a intensa política de restauração dos centros urbanos e históricos das grandes cidades europeias; a criação e revitalização de museus, arquivos, bibliotecas, monumentos e celebrações públicas; o aumento do interesse por obras biográficas, bem como o crescente foco nas histórias de minorias e políticas de identidade, entre outros.

constituição, na preservação, na atualização e na disseminação dos referenciais simbólicos através dos quais o trabalho mnêmico e os discursos identitários se legitimam enquanto uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais.

Situando-se no cerne dessa démarche, análises com viés filosófico, psicológico, histórico e sociológico começam a demonstrar que, para além da propriedade de conservar informações, imagens e sensações representadas como passadas, a memória se exhibe como um constructo social sujeito a flutuações, transformações e mudanças constantes. Prerrogativa que acaba por reforçar a ideia de que possuir uma identidade não significa mais inserir-se primordialmente em um núcleo imutável e atemporal que liga o passado ao presente, e este ao futuro em uma linha ininterrupta forjada pelo apego à tradição ou por uma suposta fidelidade às origens, mas sim, à possibilidade de se abarcar, o mais amplamente possível, o jogo de semelhanças e diferenças presentes nas culturas do mundo inteiro.

No entanto, faz-se necessário notar, de acordo com FRANÇA (2002), que a noção de identidade, tal qual o estatuto ontológico da memória, está centrada em discursos, objetos, práticas simbólicas que nos posicionam no mundo, que dizem nosso lugar em relação ao outro (outros pontos de referência, outros lugares de ancoragem). Ao fazer isso, a identidade também marca e estabelece uma posição, o lugar que efetivamente construímos e no qual nos inserimos. Memória e identidade se constroem, assim, nessa interseção entre discursos que nos ligam a certas dimensões históricas, sociais, políticas e culturais e o nosso movimento de nos posicionar frente às mesmas enquanto sujeitos no mundo.

Discursos, objetos e práticas que, por sua vez, são produzidos e disseminados através de repertórios simbólicos demasiadamente amplos que em momento algum podem ser interpretados como se possuíssem apenas um sentido. Ou seja, independente se originário do seio familiar, das reuniões de sindicatos, das práticas escolares ou de manifestações político-religiosas é o movimento de apropriação desses repertórios simbólicos que possibilita ao sujeito, e mesmo a uma coletividade inteira, construir e consolidar seus vínculos identitários, bem como mobilizar os quadros sociais de sentido a partir dos quais sua memória se referencia, alimenta-se e produz representações para si e para o outro.

Nessa mirada, ao distanciar-se da imagem de constructos estáveis e completamente fechados sobre si mesmos, estando, em virtude disso, sujeitos a flutuações, usos e contra-usos no tempo e nos espaços onde se exibem e são experienciados, a problemática da memória e da identidade institui-se como marco referencial e justificador para o movimento contemporâneo

de proliferação dos “lugares de memória”. Figurações físicas e/ou simbólicas que, dado a incapacidade da memória reter voluntariamente a totalidade de nossas experiências, fazem ressaltar a necessidade de se criar arquivos; museus; bibliotecas; coleções; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso de articulação social dos insumos concebidos para representar coletivamente as ações que homens e mulheres vivenciam e imprimem no/sobre o mundo. Todo lugar de memória é, pois, “um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993; p.27.).

Edificar “lugares de memória” significa, de acordo com esta perspectiva, atribuir-lhes uma dupla função: a de demonstrar que a constituição de discursos mnêmicos e identitários é um fenômeno estruturado socialmente e a de reforçar, seja teórica ou factualmente, a tese de que memória e identidade, por mais adjetivos que estas encontrem em seu caminho (individual ou coletiva; histórica, social, política ou psicológica), resistem às reduções impostas pelos enunciados contemporâneos que defendem o fim da história e a desarticulação das interações simbólicas forjadas no nível do social. Isto porque, todo lugar de memória possui, a um só tempo, 3 (três) dimensões: uma material, cujos contornos demográficos se postam como representantes dos anseios e das necessidades de uma coletividade específica; outra de caráter simbólico que retrata um acontecimento experienciado ou imaginado por indivíduos em interação e, por fim, uma funcional que garante a cristalização/condensação das lembranças e sua transmissão, bem como a edificação de laços de sociabilidade enraizados seja no concreto, no espaço, no gesto, na imagem ou no objeto.

É o que acontece com as bibliotecas, especialmente com as públicas, cuja função social está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os insumos de conhecimentos concebidos por nosso fazer racional. Característica instituída desde quando o acúmulo e a transmissão de elementos culturais passaram a fazer parte do nosso cotidiano. O que implica ressaltar, segundo SERRAI (1975, p.141-161), que à memória biológica, que pertence à espécie, e à memória cerebral, que pertence ao indivíduo, acrescentou-se a biblioteca como memória/lugar de memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais do lugar onde se insere. Inscrita sob a forma de documento, essa memória requer sua reunião, organização e meios específicos para sua disseminação tendo-se em vista fomentar um amplo uso por parte de todos aqueles que contribuem para sua

formação. Ou seja: captar, conservar e compartilhar o conhecimento do mundo e de nós mesmos são alguns dos poderes (e perigos) que as bibliotecas nos oferecem.

Portanto, longe de se definirem como depósito ou cofre onde se guardam e preservam-se livros, documentos informacionais ou qualquer outro insumo capaz de portar certos traços visíveis do fazer racional humano, as bibliotecas públicas, em virtude de seu potencial democrático, congregador e socializante, acabam por desempenhar um papel essencial na vida das sociedades modernas: é em volta delas que se exibem inúmeras outras dimensões da existência social que necessitam do conhecimento para se constituírem, nutrirem-se e ganharem visibilidade.

Dimensões da vida social que se convertem, por seu turno, na base que mobiliza a produção e a negociação de referenciais mnêmicos e identitários compartilhados socialmente. É exatamente isso que pretendemos demonstrar nas páginas que se seguem. Para tanto, nos valem de dois artifícios: a constituição de um quadro teórico-conceitual que nos permita discutir de maneira mais aprofundada os pontos que aproximam as bibliotecas públicas tanto do universo da memória, quanto o da produção dos discursos de identidade no mundo contemporâneo. Feito isso, e visando evidenciar a validade empírica de tais enunciados, promover-se-á, em um segundo momento, a análise de 5 (cinco) depoimentos colhidos e disponibilizados ao público pelo projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade (BMA).

Idealizado como parte das comemorações dos 80 anos de existência da BMA e do processo de revitalização pelo qual a mesma vem passando desde 2005, o projeto Memória Oral tem por objetivo dar voz aos diversos sujeitos que ajudaram/ajudam a edificar a história dessa instituição. Sendo assim, os depoimentos aqui enfocados foram estruturados de modo a permitir que o entrevistado reflita sobre sua formação enquanto sujeito histórico; sobre as relações que mantém/manteve com a cidade sede da biblioteca e que o mesmo aborde, ainda, questões referentes ao lugar ocupado pela biblioteca Mario de Andrade – dimensões simbólicas, estruturais e afetivas – em todo esse processo formativo-relacional. Histórias de vida que, em um panorama mais amplo, dão a ver a configuração de um complexo quadro simbólico cuja base está assentada em memórias pessoais atravessadas pela presença do outro e pela importância que cada depoente atribui a certas experiências vivenciadas individual e coletivamente no espaço da BMA. Começemos, pois, por explicitar as relações de proximidade mantidas pelas bibliotecas públicas com o universo da memória e da identidade.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA, MEMÓRIA E IDENTIDADE: PLANOS COMPLEMENTARES OU UM TRIEDRO CONTRASTANTE?

O que é a memória? Todo aquele que pretenda elaborar uma análise esclarecedora acerca desta instigante questão deverá começar sua empreitada valendo-se da seguinte prerrogativa: embora se apresente como uma função extremamente elaborada, a memória não existe sem se contrapor ao esquecimento. Isto porque, a construção do discurso simbólico que rege as ações humanas no presente só se efetiva a partir dos movimentos intermitentes ao ato de rememorar e de esquecer. Premissa que nos permite apontar que a história humana, tal qual sua ordem social, não se estabelece a partir da sucessão de eventos lineares, mas sim, através da localização de determinada experiência vivenciada no passado, em associação a uma experiência do presente por meio da memória. Razão pela qual nenhuma compreensão da realidade pode ser total, bem como nenhuma interpretação, por mais exemplar que seja, é capaz de abarcar todas as dobras que a memória executa.

Não por acaso, se fôssemos capazes de organizar a história do Ocidente através de grandes capítulos temáticos, certamente um dos mais fascinantes seria aquele dedicado à análise das relações instituídas entre a memória, o esquecimento e a formação dos distintos discursos identitários que informam e dão a ver o lugar social ocupado por homens, mulheres ou agrupamentos culturais empiricamente demarcados espacial e temporalmente, visto que, ao comportarem uma ampla gama de sentidos históricos, psico-sociais, filosóficos e/ou poéticos, tais conceitos se manifestam como esferas de interlocução profícua para lançarmos um rastro de compreensão sobre as coisas dos homens e de seus múltiplos processos de interação social.

Neste sentido, mesmo que à primeira vista memória, esquecimento e identidade formem um triedro contrastante e com ângulos de intersecção aparentemente turvos, suas relações são, de fato, muito próximas. Ou seja, para poder evocar as experiências do passado que respaldam suas ações no presente, cada sujeito utiliza como ponto de referência as lembranças dos outros, norteando seus feitos através de elementos que existem fora dele e que são fixados pela sociedade. São, pois, construções discursivas resultantes das atividades interacionais que se dão a ver entre os sujeitos, e entre os sujeitos, as coisas e o mundo no presente tendo por base de referência experiências, situações e acontecimentos outrora vivenciados. É, pois, do vínculo com o passado que se extrai a força para a formulação de um discurso identitário. Em outras palavras:

Há portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, idéias e valores que dão identidade àquela classe. [...] O presente, entregue às suas incertezas e voltado apenas para o futuro, seria uma prisão. (BOSI, 2003, p.18-19)

A memória é, pois, algo que atravessa, que marca, que estabelece pontos de convergências entre um eu individualizado e certos referentes histórico-sociais. Ao fazer isso, ela acaba por possibilitar a emergência de laços de solidariedade que instituem um lugar no mundo tanto para o sujeito que lembra/recorda, quanto para o grupo que lhe permite experienciar um sentimento de pertença. De acordo com esta prerrogativa, nenhum indivíduo lembra “sozinho”, ele sempre o faz a partir das lembranças pertencentes ao grupo. Lembranças que, por sua vez, se modulam através dos códigos, normas, regras e valores que perpassam, informam e sustentam a vida coletiva. Assim, a afirmação de que a memória é coletiva está baseada no pressuposto de que as percepções individuais do passado estão sempre relacionadas a quadros de sentidos estruturados com aporte das experiências sociais.

É em função desse conjunto de referências e de seu alto teor de simbolismo que podemos afirmar que a memória não se constitui como uma cópia, como um decalque do passado. Isto porque os acontecimentos, os seres e imagens não se apresentam a ela como formas acabadas ou perfeitamente delineadas. No momento em que são evocadas, durante o ato de recordar, as lembranças ligam-se sempre a outros elementos, elementos que, em virtude de seu potencial heurístico, acabam por torná-las diferentes. Modalidade de compreensão que nos ajuda a apreender que o aspecto labiríntico e sinuoso da memória invalida qualquer certeza ou possibilidade de exatidão. Sem a noção de esquecimento não haveria a possibilidade de uma reminiscência. Isto porque, o trabalho da memória é essencialmente de elaboração, sendo mais preciso: de reelaboração de uma experiência de vida a partir do reconhecimento e da reatualização de uma lembrança.

Dinâmica que só se torna possível através do contato com a realidade presente, uma vez que utilizamos conhecimentos acumulados para lidarmos com situações novas, que se encontram unidas a novas lembranças. Estas, por sua vez, estão associadas à maneira de pensar de tantos outros que fizeram e que ainda fazem parte de nossa história. A memória é, assim, segundo tais enunciados, um produto elaborado coletivamente através dos fazeres de indivíduos que interagem, se relacionam entre si no presente. Nestas circunstâncias, nossas lembranças do passado:

[...] por mais que pareçam fruto de sentimentos e pensamentos exclusivamente individuais, somente existem como parte de estruturas ou contextos sociais. A lembrança do passado, portanto, não é o ato individual de recordar, mas o resultado de laços de solidariedade, e, como tal, só pode existir porque foi constituída em relação a todo um conjunto de noções e convenções comuns, presentes em pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagens das quais nós fazemos ou fizemos parte. (SANTOS, 2002; p.131)

Ao dialogar com a pensadora acima citada queremos reforçar o argumento de que nossas lembranças, para adquirirem algum sentido, devem encontrar respaldo simbólico em quadros de sentidos erigidos coletivamente. Argumento que, em uma mirada mais ampla, se converte em indicativo de que memória, esquecimento e identidade se convertem em aportes fundamentais para que qualquer sujeito esboce uma tentativa de compreensão acerca das relações que vivencia na contemporaneidade. Momento no quais homens e mulheres se vêem imersos em contextos nos quais suas ações sociais não mais se definem de forma tão estáveis e delimitadas como outrora.

Postulado que serve como indicativo de que todo aquele que tencione discutir a questão da identidade e do pertencimento cultural na contemporaneidade deve iniciar sua empreitada se valendo do seguinte indício: talvez a marca mais eminente da conjunta sócio-histórica que define a contemporaneidade seja a fragmentação. Isto porque, se até o advento da modernidade o homem era capaz de definir e localizar suas ações a partir de estatutos simbólicos, políticos, sociais e culturais estáveis, as mudanças estruturais oriundas da globalização e da distorção das noções de tempo e espaço imprimem novas configurações para as muitas esferas de sociabilidade com as quais este passa a interagir.

Em virtude disso, se a definição básica de identidade vinculava-se à busca das origens; das semelhanças; dos substratos comuns; daquilo que, por baixo das diferenças, do movimento, das mudanças costura e mantém a unidade, a contemporaneidade passa a designá-la como um discurso em permanente processo de elaboração. Ela “nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais”. (BAUMAN, 2005, p.21-22). Melhor dizendo, como uma produção que nunca se completa, formada e transformada no interior das representações.

Formulação teórica que nos permite salientar que o conceito identidade, tal como acontece com a questão da memória e do esquecimento, está diretamente vinculado à idéia de projeto, de algo que se encontra sempre em construção, distanciando-se, pois, da noção de repertório imagético que circunscreve o sujeito em torno de referenciais simbólicos e/ou quadros de sentidos supostamente homogêneos, coesos e unificados. É o que sugere Bauman (2005, p.17) quando nos faz observar que, no atual momento histórico:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (BAUMAN; 2005, p.17)

Portanto, enquanto constructos estruturados discursiva e relacionalmente, os referenciais identitários, tais quais os mnêmicos, não estão assentados apenas na identificação das semelhanças, dos compartilhamentos, visto trazerem incutidos, neste mesmo movimento, a construção da diferença, da distinção. Em virtude disso, tentar idealizar um discurso identitário único e completo em si mesmo se torna uma fantasia, posto que o sujeito, através de seus posicionamentos, assume identidades múltiplas nos diversos momentos e espaços onde sua história de vida adquire sentido e encontra ressonância. Neste sentido, é preciso esclarecer que:

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Esta concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Ela tão pouco se refere, se pensarmos agora na questão da identidade cultural, àquele eu coletivo e verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade compartilhadas, mantém em comum. Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são cada vez mais fragmentadas e fraturadas, que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. (HALL, 2008, p.108). [Destques do autor].

Destacar que a noção de identidade é construída dentro e não fora do discurso e que ela (a identidade) não é uma essência, um fato ou um dado fixo, coerente e/ou permanente é

importante porque traz o foco para o sujeito e para os vários recursos que os mesmos empenham na tentativa de se posicionarem e se apropriarem do universo das práticas culturais e do universo simbólico através das quais vivenciam e atribuem sentido para o mundo. Razão pela qual enfatizamos que só é possível falar em discurso identitário se os matizes que o definem forem concebidos como amálgamas provenientes do entrelaçamento dos diversos olhares interpretativos que emergem no seio dos distintos sistemas culturais “[...] na medida em que são constantemente utilizados como instrumentos de ordenação da conduta coletiva, isto é, absorvidos e recriados nas práticas sociais”. (DURHAM, 2004, p.262).

Modalidade de apreensão que acaba refletindo menos o que nós somos (estado), e mais o que nos tornamos (processo). O que equivale a dizer que a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um eu verdadeiro e único, mas do diálogo entre os conceitos, definições e práticas que são representadas para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos ou contestarmos as posições de sujeito constituídas por nós e para nós. Sendo mais explícito:

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e particularmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997; p.26-27)

É em virtude disso que não podemos, ou não devemos pensar indissociavelmente a importância que os conceitos e práticas ligadas à memória e à identidade assumem no âmbito dos múltiplos processos que compõem/definem a vida social e cultural, especialmente no contexto da contemporaneidade. Sendo assim, e as formulações erigidas até aqui nos serve como insumo para se afirmar isto, memória e identidade se postam como conceitos e pontos de referências importantes para se apreender as dinâmicas que estruturam um determinado modo de vida porque refletem diretamente as modulações e os esforços a partir dos quais sujeitos e grupos sociais empiricamente definidos incessantemente constroem e reconstruem sua própria existência, atribuindo-lhes níveis variados de significação. Níveis de significação que podem ser notados, entre outros, por meio de um rito; um discurso; um gesto, ou em instâncias mais concretas como a função congregadora assumida por certos monumentos;

celebrações públicas; imagens e outros tipos de documentos na vida de determinados indivíduos ou em formações culturais mais amplas.

É, pois, a partir desse conjunto de referências que a ideia/noção de contexto sócio-histórico se converte em marco conceitual e em operador metodológico de grande importância para a validação/verificação das formulações aqui apresentadas e defendidas. Entendendo-o como instância de enunciação, apreensão e experiência da realidade a partir das quais os sujeitos e os grupos sociais constroem e reformulam suas práticas e representações do mundo e no mundo, parte-se do pressuposto de que a análise da cultura de uma formação social exige ou preconiza sempre “uma reconstituição da realidade, que é elaborada a partir da consciência que dela têm os portadores da cultura. Sem se ater, obviamente, aos aspectos constituintes da conduta, é através deles, em sua relação com o comportamento manifesto, que a cultura pode ser reconstituída”. (DURHAM, 2004, p.231).

Neste sentido, adotamos como premissa que desvelar uma dada realidade sócio-histórica significa não perder de vista as várias circunstâncias históricas, políticas, econômicas, ideológicas e sociais que conferem visibilidade e especificidade a uma dada paisagem cultural, nem tão pouco as vozes, os feitos e os jogos de injunções levados a cabo pelos sujeitos em prol da assimilação, da negação ou da negociação dessa mesma realidade. Em suma, o que queremos apontar é que a ideia de contexto sócio-histórico se forja tanto como uma parte da experiência, quanto algo que nossa experiência constrói; é um marco referencial no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si e que é formado pela ação direta dos sujeitos no ato de relacioná-los.

É, pois, esse movimento de tensões, de paralelos e paradoxos que objetivamos identificar no âmbito da sociedade brasileira através do estudo das especificidades que marcam e conferem visibilidade à atuação das bibliotecas públicas no cerne do intrincado sistema sócio-cultural do país, bem como sua participação ou modalidades de inserção sócio-histórica no conjunto dos processos que definem a constituição, a preservação e a disseminação dos referenciais identitários e de memória que informam os quadros de sentido – coletivos e individuais – das localidades onde as mesmas se inserem.

Proposição analítica que tem como princípio fundante uma série de indícios ratificadores da tese de que a função social das bibliotecas está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pelos sujeitos históricos. Nesse sentido, enquanto “lugares de memória”, acredita-se que as bibliotecas

tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis, enfim, que tentam atribuir sentido ao saber e a fazer com que o mesmo se torne um instrumento de reafirmação da "identidade" individual ou coletiva humana.

Portanto, a razão para lançarmos um olhar sobre a história destas instituições e de suas coleções, bem como sobre seu papel crucial no processo de salvaguarda da memória e da cultura dos homens liga-se à impossibilidade de compreendermos e transformarmos o mundo no qual habitamos sem os elementos materiais e imateriais que nelas se preservam. Elas são a memória do mundo: todos os conhecimentos humanos em um só lugar. Isto é, aquilo que o conhecimento significa para o homem é o que a biblioteca pretende conservar, seja este "o sopro de Deus, as Musas, a morada do Bom e do Belo, os ventos uivantes do comércio, ou uma mistura confusa de todas estas coisas – será aquilo que a biblioteca é templo". (BATTLES, 2003; p.16). De acordo com esta proposição, biblioteca serve aqui para figurar um lugar demarcado:

Tão amplo e completo na sua dimensão de abarcar todo o conhecimento, de forma tão extensa e exaustiva, que não haveria outro lugar de interlocução, a não ser o seu próprio espaço sócio e material, seus estoques e significados: textos sem contexto, a biblioteca total fabulada por Borges, que não remeteria a outro lugar, a não ser a ela própria. (MARTELETO, 1996; p.241).

Ou seja, se a memória é capaz de inspirar, recuperar a graça do tempo, distender conceitos duros, devolver o entusiasmo pelo que era caro e se perdeu, redimir o sagrado e devolver não simplesmente o passado, mas o passado que prometia, as bibliotecas, enquanto lugares místicos que congregam a amplitude dos saberes concebidos pela humanidade, se configuram como espaços onde o homem, sua herança cultural, seu patrimônio simbólico, sua tradição e sua memória coletiva se mesclam na tentativa de superar o esquecimento e se preservarem futuro adiante. Característica que lhes conferem o status de lugares de continuidade e de preservação da história em tempos e espaços específicos.

Razão pela qual se configuram como instituições de fundamental importância para a estabilidade e o desenvolvimento de uma dada noção de identidade cultural, bem como do sentimento de se pertencer a determinado tecido social via preservação da tradição e da memória coletiva. Argumento que se fortalece quando lembramos que a história das bibliotecas acaba por se converter na história daquilo que uma sociedade decide preservar e transmitir (documentos, estoques informacionais, materialidades discursivas) ao longo de seu continuum histórico.

Papel, função ou missão que pode ser apreendida por vários ângulos: como instrumento de representação coletiva; por ser um espaço de disputas políticas e ideológicas; pela participação que assumem no processo de conformação dos sistemas educativos; bem como pelo potencial e pela responsabilidade que incorporam como mecanismos de preservação, organização e disseminação das diversas referências materiais e imateriais através das quais nossa memória coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem notar. Afirmativa cuja sustentação pode ser melhor amparada se correlacionarmos a ela certos indícios sócio-históricos diretamente responsáveis pelo surgimento e pela dinamização das bibliotecas públicas enquanto um dos mais vigorosos organismos culturais da contemporaneidade³.

A história das bibliotecas públicas é relativamente recente. Elas surgem na Europa como resultado de inúmeras transformações decorrentes do expressivo processo de desenvolvimento industrial e urbano que ocorreu naquela região entre os séculos XVIII e XIX. A expectativa era que tais instituições contribuíssem de maneira significativa para o progresso cultural e intelectual da nação, bem como para a promoção da ordem social. Em virtude disso, logo adotaram como uma de suas principais funções a tarefa de elaborar e auxiliar as políticas públicas ligadas à promoção da cultura, da memória, da leitura e das atividades educativas.

Modalidade de compreensão que acaba por demarcar como função de toda biblioteca pública colaborar para a difusão e visibilidade da ampla gama das manifestações culturais humanas, sem se levar em consideração critérios ligados à etnia, crença religiosa, condição financeira, questões sexuais ou políticas, propiciando a qualquer usuário amplo acesso aos vários signos preservados em seus acervos, tendo-se em vista contribuir para a consolidação e disseminação do conhecimento. Devem fazer isto não apenas através de uma estrutura rígida de coleta e organização de materiais informacionais, mas também por meio de atividades lúdicas e recreativas que promovam o surgimento de uma atmosfera propícia ao exercício da imaginação e da criatividade. Devem, ainda, contribuir para o reforço e equalização das práticas educativas não como substituta da escola, mas como esfera que comporta grandes potencialidades pedagógicas.

³ No Brasil, as bibliotecas públicas são "o mais importante equipamento cultural do ponto de vista da incidência municipal, o que abre a possibilidade de um maior entendimento sobre o seu papel como veiculador de conteúdos culturais, não apenas diretamente ligados à leitura, mas a outras possibilidades de acessos mais amplos, como vídeos, Internet, CDs, DVDs, etc. [...] As bibliotecas públicas encontram-se em 89,1% dos municípios brasileiros, ainda em processo de expansão, mostrando-se um equipamento central e sujeito à atenção dos gestores públicos, pois podem, além do fomento à leitura, servir como infra-estrutura para outros conteúdos audiovisuais, musicais, além de apresentações, cursos e palestras que se sirvam deste equipamento. A despeito do elevado percentual de sua existência nos municípios, as bibliotecas ampliaram em 16,8% a sua incidência municipal entre 1999 e 2006". (IBGE, 2006, p.100-112). (Destaque nosso).

Assertivas que apontam para a necessidade das bibliotecas públicas priorizarem o fortalecimento do diálogo intercultural, bem como facilitar o desenvolvimento de habilidades ligadas ao uso da informação e dos insumos informacionais preservados em seus acervos. Acenam também para a expectativa de que tais instituições se posicionem, ainda, como local propício para a construção do conhecimento por intermédio do apreço à arte e às inovações científicas a fim de colocá-las a serviço de toda uma coletividade.

Portanto, seja como espaço físico, como símbolo de uma ordem cósmica ou social, ou como forma visível da razão e da memória humana, as bibliotecas, em especial as públicas, se apresentam como instâncias que guardam histórias e despertam o fascínio e o encantamento. Lugares onde tais elementos se transmutam, perturbando e excitando fantasias, irmanando o sonho com a ação, além de provocarem medo e instigarem reações.

Histórias, sonhos, fantasias, medos e encantamentos que acabam se convertendo, juntamente com as ações práticas que desenvolvem em função das necessidades de seus leitores e usuários, em pólo modulador e mobilizador de um sem número de discursos, referenciais mnêmicos e representações sociais para as bibliotecas públicas. Mas em que medida tais discursos, referências e representações nos ajudam a identificar a conformação de certos vestígios de memórias e discursos identitários criados em torno e a partir das bibliotecas públicas?

Tentaremos responder a essa questão promovendo uma análise dos depoimentos de 5⁴ (cinco) personalidades inseridas no cenário intelectual paulistano acerca da Biblioteca Pública Mário de Andrade. Inscritos sobre a forma de relatos de vida, esses depoimentos compõem um rico mosaico de referências e representações sócio-históricas que nos permite identificar o lugar ocupado por essa biblioteca no panorama cultural de São Paulo e sua participação na conformação de uma memória social compartilhada entre os depoentes, bem como certas simbolizações responsáveis pela formulação de um discurso identitário tanto individual quanto coletivo por parte dos usuários/leitores aqui em foco, ponto de partida e preocupação central deste artigo.

⁴ São eles: Anna Verônica Mautner (psicanalista), José Arthur Giannotti (filósofo e professor emérito da USP); José Goldemberg (físico, professor e pesquisador); Marilena Chauí (filósofa, professora universitária e Ex-Secretária de Cultura de São Paulo); e Walnice Nogueira Galvão (crítica literária e professora universitária). Em seu conjunto, portanto, estes depoentes constituem-se em um grupo sui generis de interlocutores que nos permite apreender, a partir de sua fala e percursos mnemônicos, uma série de vestígios que compõem um mosaico mais geral do lugar ocupado pela BMA na constituição dos referenciais que alimentam a formação de um discurso identitário intersubjetivo, assim como relacionamentos e ações práticas que, localizadas em um plano sócio-cultural, ajudam a contar/recontar a própria história paulistana entre os anos de 1940-1980.

3 O PROJETO MEMÓRIA ORAL DA BMA: UMA LEITURA SÓCIO-HISTÓRICA

Fundada em 1925 como biblioteca Municipal de São Paulo, a Mário de Andrade é a primeira biblioteca pública da cidade e a segunda maior do país. Foi inaugurada em 1926, na Rua 7 de Abril, com uma coleção inicial formada por obras doadas pela Câmara Municipal de São Paulo. Em 1937, incorporou a Biblioteca Pública do Estado e, a partir de então, importantes aquisições de livros, muitos deles raros e especiais, enriqueceram sua coleção. O crescimento de seu acervo e serviços ocasionou a mudança da Biblioteca para o atual edifício, localizado na Rua da Consolação, que foi projetado pelo arquiteto francês Jacques Pilon e é considerado um marco da arquitetura Art Déco paulista.

Entre os serviços que oferece, destacam-se pelo pioneirismo a Seção de Artes, que reúne coleções especializadas de livros, revistas e reproduções; a Seção infantil e Infanto-Juvenil, criada em 1952; e as ações do carro-biblioteca, o primeiro do país. Seu acervo atual conta com aproximadamente 3,3 milhões de itens, entre livros, periódicos, mapas e multimeios. Além disso, a Biblioteca Mário de Andrade mantém grandes coleções especiais, que incluem um dos maiores acervos de livros de arte de São Paulo, uma biblioteca depositária da ONU e uma riquíssima coleção de obras raras, considerada a segunda maior coleção pública do Brasil. Merece destaque, ainda, a Coleção São Paulo, que tem por objetivo ser um dos pilares informacionais, de pesquisa e referência sobre a cidade, razão pela qual reúne um grandioso acervo de materiais audiovisuais e bibliográficos, dando ênfase à arte, arquitetura e cultura geral paulistana.

Ao longo de sua história inúmeros usuários se formaram enquanto leitores e intelectuais tendo como ponto de referência suas coleções e o espaço de sociabilidade que se criou no perímetro de suas dependências. Em virtude disso, ocupa hoje lugar privilegiado na vida, na história e na memória de diversos sujeitos, congregando em torno de si um universo de representações simbólicas e a constituição de quadros de sentido multivariados que, em um plano mais geral, fomenta a mobilização de um conjunto de referências cuja síntese ampara e dá a ver a formulação de um discurso identitário socialmente compartilhado. Como podemos demonstrar isso?

Durante a leitura dos depoimentos, alguns marcos discursivos puderam ser identificados em todos eles: a importância da BMA como pólo representativo e difusor de cultura; sua relevância para a estruturação e mobilização da vida cultural paulistana entre as décadas de

1940 e 1980; o impacto que os depoentes expressam frente à imponência do prédio e a quantidade de obras nele preservadas; o reconhecimento da biblioteca como um espaço de sociabilidade responsável por estabelecer o contato entre sujeitos vindos de diferentes bairros da cidade e portadores de condições de vida também diversificadas. Contudo, nenhuma representação se expressa de maneira tão concreta como as que se reportam à Mário de Andrade enquanto “lugar de leitura, educação e formação intelectual”. Existe quase que um consenso entre os depoentes de que o espaço e as atividades desenvolvidas pela biblioteca se constituíram para cada um deles em experiência tão marcante, em termos de desenvolvimento pessoal, quanto a universidade ou outros segmentos de produção de referenciais simbólicos como a família, os partidos políticos e seus espaços de trabalho. É isso que nos mostra a tabela abaixo apresentada.

TABELA 1: Síntese dos depoimentos de um grupo de usuários acerca da Biblioteca Mário de Andrade

Depoimento Depoente	Impressões sobre a Biblioteca Mário de Andrade (BMA)	A BMA como ponto de referência cultural de São Paulo	A BMA como espaço de sociabilidade	A BMA e o processo de formação pessoal	A BMA e a questão da educação e da leitura
Anna Verônica Mautner	“Eu era tão feliz na Biblioteca! Era um lugar aonde se misturavam ricos e pobres, intelectuais e comerciantes”. (p.9).	“Era um momento em que este lugar era muito importante. A Cinemateca era na Rua Sete de Abril, onde eram os Diários Associados. E nós íamos à Cinemateca. O barzinho do Museu, onde... intelectuais mais velhos estavam lá... aquilo era o máximo: o Teatro Municipal, a Biblioteca, o barzinho, a Cinemateca, que mais eu poderia querer da vida? Eu era feliz!”. (p.3)	“A gente ficava aqui e depois a gente ia, em certos dias, até o Teatro Municipal e varava para concertos, e nós não éramos muitos, não, éramos vinte, 25, talvez. Não tinha festa, e não tinha freqüentação da casa de um ou do outro, a gente vinha e não tinha hora marcada. Não precisava combinar nada porque a Biblioteca não saía do lugar e estava aqui esperando a gente. (p.2).	“Mas é um pertencer, entendeu? A turma da Biblioteca é a minha semente inicial. Foi aqui que eu aportei para a vida adulta”. (p.5).	“Aí eu tinha que fazer cursinho, eu queria entrar na Faculdade. Eu queria fazer cursinho e, no cursinho, eles me indicavam livros que eu não tinha, então eu vinha aqui para ler.” (p.2).
José Arthur Giannotti	“O fato de existir a Biblioteca Mário de Andrade, com esta idade, é preciso justamente que ela tome consciência do que ela foi, o que não significa, de jeito nenhum, que ela deverá ser a mesma coisa. Então eu acho que a tarefa da Biblioteca é, dado o mundo tal como ele é, dado São Paulo tal como ela é, voltar a ser efetiva como ela foi nos tempos passados?”. (p.21)	“Eu voltava para estudar um pouco de arte – sempre me interessei por artes plásticas e, naquele momento, a Biblioteca era muito boa. A gente tinha..., eu não me lembro de ter outra biblioteca de arte tão boa em São Paulo”. (p.2).	“Eu, que fui sempre mais caxias, eu vinha para cá, conversava dois ou três minutos com uma turminha que sempre estava em volta da estátua – que nós chamávamos “o grupinho da estátua” – depois a gente ia trabalhar”. (p.2).	“Havia um outro aspecto também da Biblioteca, que era muito importante. Ela servia de fonte de conhecimento, servia de ponto de encontro e, como fonte de conhecimento, há um outro aspecto que eu gostaria de salientar. Esse auditório, havia muita coisa nele e, junto com o auditório da Caetano de Campos, que eram os dois grandes auditórios no centro de São Paulo, é aqui que a vida cultural se realizava”. (p.3).	“Depois a Biblioteca se tornou o centro das nossas pesquisas, dos nossos estudos. E cada um aproveitava, evidentemente, de acordo com o seu próprio modo de vida”. (p.2).
José Goldemberg	“Olha, cada vez que eu passo na frente da Biblioteca, eu me lembro do papel que ela desempenhou na minha vida. As pessoas argumentam que, com a Internet, não se precisa mais de biblioteca, que essa coisa está caindo em desuso, etc. e tal. Eu não concordo com isso em número, gênero e		“A Biblioteca é mais do que apenas a fonte de informação. A internet tem a informação, a biblioteca tem outras coisas. Então eu acho que esses gabinetes de trabalho seriam muito bons. E eu acho que ter seminários e conferências... sempre teve, mas naquela época eu não ia e depois eu me	“ Os livros de física eu tinha ou existiam no próprio departamento de física. Eu ia para ler literatura e as pessoas ficam muito admiradas porque um físico, como eu, adquiriu cultura literária. E cultura literária foi na Biblioteca Mário de Andrade”. (p.5).	“Na Biblioteca Mário de Andrade eu não lia só livros de física, eu lia literatura e acabei tendo uma boa formação literária, totalmente autodidata, mas você cita qualquer um desses clássicos, e eu provavelmente li eles todos na época que eu

	grau". (p.15).		tornei ocupado demais para ir, mas eu acho que é uma coisa excelente". (p.16).		frequentava a Mário de Andrade". (p.3).
Marilena Chauí	"Eu costumo citar para mim mesma os versos do Mário de Andrade: "São Paulo, comoção da minha vida", mas eu digo: "São Paulo, Mário de Andrade, comoção da minha vida.". Então ela é uma referência fundamental. Ela era também de uma importância muito grande não só por que ela era o lugar onde a estudiantada das escolas públicas do secundário e das universidades estavam, mas por que ela fazia parte também do cenário cultural". (03).	"Então se constituiu pra mim um mapa da cidade em cujo centro estava a Biblioteca Mário de Andrade. Ela era a minha referência cultural, minha referência geográfica, minha referência afetiva". (p.03). "Então ela era um elemento catalisador de tudo que acontecia de inovador e que era objeto de discussão no centro cultural da cidade". (p.03).	"Eu vinha de manhã para a Mário de Andrade, passava a manhã inteira. Daqui eu já ia para o colégio. Muitas vezes, dependendo do que fosse ser feito, eu vinha à noite também. Vinha com as colegas, nós comíamos aqui perto, nas lanchonetes que havia. A Mário era, vamos dizer, a referência de um enorme e admirável mundo novo possível, sobretudo para uma adolescente vinda do interior". (p.2).	"Meu primeiro contato com o existencialismo foi no saguão da Mário de Andrade". (p.03). "Então a Mário é essa experiência curiosa para mim, da cultura, em que ela é o lugar no qual eu tomo contato com a cultura, é o lugar no qual eu posso ter acesso à cultura e é, ao mesmo, tempo, o lugar onde a cultura aparece como inatingível, a produção da cultura aparece como inatingível. Sobre mim ela teve esse efeito". (p.7).	"... nós vínhamos fazer as pesquisas na Mário" (p.2). "É impressionante porque os professores davam a bibliografia, nós vínhamos aqui e tinha toda a bibliografia, tudo, em todas as línguas em que ela era dada. Era uma bibliografia em várias línguas, de autores os mais diversificados, desde os mais antigos até os mais contemporâneos, tinha tudo. (p.9)
Walnice Galvão	Nogueira "Eu acho a Biblioteca Municipal linda. A Mário de Andrade é uma beleza". (p.4).	"Mas acontece, também já devem ter te falado bastante a respeito disso, a Biblioteca Mário de Andrade fazia parte de um – como é que eu vou dizer? – de um conjunto orgânico que existia no centro da cidade". (p.2).	"E era engraçado porque eu ia para lá, como todo mundo, não só para estudar. A maioria dos colegas da faculdade ia para lá também não só para estudar, mas para conversar, tomar café na esquina, esse tipo de coisa". (p.2)	"As bibliotecas conservam o maior patrimônio imaterial da humanidade, está lá guardado dentro delas, não dá para tratar mal". (p.8). "Gosto muito de biblioteca, de biblioteca e de livro. Ah, que coisa boa, não é?". (p.23).	"Frequentei a Biblioteca Mário de Andrade em várias fases da minha vida. E de vez em quando eu volto, porque eu tenho alguma pesquisa especial para fazer. Há dois ou três anos, eu frequentei intensamente de novo a Biblioteca, porque eu estava preparando, para a editora Global, uma antologia de poesia modernista e eu fui lá ler os modernistas de novo". (p.4).

Tendo como pano de fundo os aportes teóricos anteriormente apresentados, depoimentos como os de Anna Verônicas Mautner: “mas é um pertencer, entendeu? A turma da Biblioteca é a minha semente inicial. Foi aqui que eu aportei para a vida adulta”; ou as palavras de José Goldemberg: “Olha, cada vez que eu passo na frente da Biblioteca, eu me lembro do papel que ela desempenhou na minha vida”, por exemplo, nos permite dizer que a BMA certamente ocupa um lugar de acentuado destaque no imaginário individual de cada um dos depoentes e que tal lugar se deve, em ampla medida, às objetivações que os mesmos erigiram em torno dela, definindo-a ora como lugar de cultura e espaço de sociabilidade, ora como instância de formação individual alcançada graças às práticas educacionais e às atividades de leitura que ali experienciaram.

Além disso, é preciso que não desconsideremos o que nos diz José Arthur Giannotti e Marilena Chauí (2006):

Havia um outro aspecto também da Biblioteca, que era muito importante. Ela servia de fonte de conhecimento, servia de ponto de encontro e, como fonte de conhecimento, há um outro aspecto que eu gostaria de salientar. Esse auditório, havia muita coisa nele e, junto com o auditório da Caetano de Campos, que eram os dois grandes auditórios no centro de São Paulo, é aqui que a vida cultural se realizava. (GIANNOTTI, 2008).

Eu vinha de manhã para a Mário de Andrade, passava a manhã inteira. Daqui eu já ia para o colégio. Muitas vezes, dependendo do que fosse ser feito, eu vinha à noite também. Vinha com as colegas, nós comíamos aqui perto, nas lanchonetes que havia. A Mário era, vamos dizer, a referência de um enorme e admirável mundo novo possível, sobretudo para uma adolescente vinda do interior. [...] Então se constituiu pra mim um mapa da cidade em cujo centro estava a Biblioteca Mário de Andrade. Ela era a minha referência cultural, minha referência geográfica, minha referência afetiva.

Que referência é essa ressaltada pelos eminentes filósofos? A partir dos depoimentos aqui arrolados, podemos responder a essa questão nos valendo de quatro representações/referências simbólicas e mnêmicas alçadas pelos depoentes para se reportar à BMA: lugar de cultura; espaço de sociabilidade; instância de formação intelectual e ambiente de educação e leitura.

Lugar de cultura refere-se, para nossos interlocutores, a um ambiente catalisador do universo simbólico responsável por inseri-los no seio de uma tradição ou no conjunto de referências que apontam para uma memória forjada e experienciada socialmente. Diz também do lugar, o ponto, o epicentro da cidade onde esse universo simbólico

transformava-se em práticas e manifestações que podiam ser vivenciadas coletivamente. Condição que nos leva à segunda representação: espaço de sociabilidade: ambiente de encontros fortuitos ou planejados, de troca de idéias e de interações que acabaram sedimentando amizades e aproximando vidas.

As duas últimas representações/referências se aproximam e possuem características comuns: dizem do lugar onde nossos personagens se formaram para o mundo e puderam travar contato com o mundo: o mundo dos livros, das escolas de pensamento, das ideologias e também dos paradoxos, das palavras que inspiram e das histórias que por vezes confundem, deformam os sonhos, mas que por outras, alimentam e curam a alma.

Dito isso, é possível afirmarmos que as quatro representações acima descritas estruturam as bases de um mundo comum para nossos depoentes. Um mundo comum que tem como centro a BMA e suas representações socialmente compartilhadas e que, graças ao seu poder de evocação e de afetação convertem-se em elementos moduladores de um discurso identitário tanto para o sujeito que evoca tais lembranças, quanto para o grupo com o qual os mesmos mantêm uma relação de diálogo e de troca de experiências.

Sendo assim, seja refletindo sobre seu espaço físico, seja retomando, recordando práticas que foram vivenciadas no seu interior ou ainda avaliando os sentidos simbólicos e afetivos que projetam para a Biblioteca Mário de Andrade, é inegável que os depoentes com os quais dialogamos apontam para a conformação de uma memória social erigida em torno e a partir dessa biblioteca pública. Uma memória ativa, estruturada relacional e contextualmente. Uma memória subjetiva, mas que não dispensa a presença do outro. Um "outro" que possui como ponto de referência a BMA e o que ela congrega e comporta em termos representacionais, mnêmicos e de referenciais identitários.

REFERÊNCIAS

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BATTLES, Matthew. A conturbada história das bibliotecas. São Paulo: Planeta, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. 2 ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

CHAUÍ, Marilena. São Paulo, Brasil, 19 jul. 2006, registro audiovisual. Entrevista concedida a Sérgio Teichner, Lúcia Neíza e Dayse Perelmutter para o Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade. Disponível em: <www.bma.sp.gov.br>. Acessado em: 28 set. 2011.

CUZCANO, Alonso Estrada. La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, 2002, v.12, n.2, p.41-59.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FLUSSER, Víctor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.131-138, set. 1980.

FRANÇA, Vera R. Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: GUIMARÃES, César [et al]. Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.27-43.

GALVÃO, Walnice Nogueira. São Paulo, Brasil, 25 mar. 2008, registro audiovisual. Entrevista concedida a Sérgio Teichner e Ana Elisa Antunes Viviani para o Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade. Disponível em: <www.bma.sp.gov.br>. Acessado em: 28 set. 2011.

GIANNOTTI, José Arthur. São Paulo, Brasil, 12 dez. 2005, registro audiovisual. Entrevista concedida a Sérgio Teichner e Dayse Perelmutter para o Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade. Disponível em: <www.bma.sp.gov.br>. Acessado em: 28 set. 2011.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOLDEMBERG, José. São Paulo, Brasil, 08 out. 2008, registro audiovisual. Entrevista concedida a Sérgio Teichner e Ana Elisa Antunes Viviani para o Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade. Disponível em: <www.bma.sp.gov.br>. Acessado em: 28 set. 2011.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Presse Universitaires de France, 1952.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo. Educação & Realidade, Rio Grande do Sul, v.22, n.2, jul./dez., 1997, p.15-46.

HALL, Stuart. A diversidade cultural na pós-modernidade. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG ; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.103-133.

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros – cultura, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. “Lugares dos signos” e contextos de informação: a biblioteca como metáfora dos conhecimentos modernos. R. Bibliotecon. Brasília. v.20, n.2, p.241-246, jul./dez. de 1996. (Palestra).

MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002. (Temas; 49).

MAUTNER, Anna Verônica. São Paulo, Brasil, 09 ago. 2006, registro audiovisual. Entrevista concedida a Luiz Francisco Carvalho Filho e Dayse Perelmutter para o Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade. Disponível em: <www.bma.sp.gov.br>. Acessado em: 28 set. 2011.

MÜLLER, Suzana P. M. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação das funções e papéis da biblioteca. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 13(1): 7-54, mar. 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993, p.7-28.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva e teoria social. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 4(2) : 141-161, set. 1975.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, n.3, p.67-86, set./dez, 2010.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. *Inf. & Soc.: Est., João Pessoa*, v.21, n.1, p. 37-54, jan./abr. 2011.